A importância da formação política no processo democrático

CRISTIANE DE MEDEIROS BRITO CHAVES FROTA

Sobre a autora:

Cristiane Frota. *Desembargadora Eleitoral do TRE-RJ, Diretora da Escola Judiciária Eleitoral, Advogada e Sócia Fundadora - Brito Chaves Advogados Associados. Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica da Argentina, Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho, Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes, Diretora Administrativa do Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos Avançados - IPEJA.*

RESUMO

O presente estudo analisa a importância da formação política do jovem brasileiro, sua necessária aproximação ao processo democrático, e os benefícios da escolha consciente dos futuros representantes do país. É abordado ainda o exercício da cidadania e a efetivação da democracia no Brasil no processo de tomada de decisões que afetam diretamente a sociedade.

Palavras chave: Cidadania, democracia, formação política, estadania.

ABSTRACT

This study highlights the importance of the political formation of young Brazilians, their necessary approach to the democratic process, and the benefits of the conscious choice of future representatives of the country. It also analyzes the exercise of citizenship and the effectiveness of democracy in Brazil, for the decision-making process that directly affects society.

Keywords: Citizenship, democracy, political education

Introdução

Se, por um lado, as manifestações populares dos últimos anos sinalizaram que o brasileiro tem se interessado e valorizado mais a política, por outro elas também revelaram a falta de conhecimento dos brasileiros sobre a política. Uma formação política sólida deve começar no processo de educação dos jovens, a fim de que sejam capazes de compreender e opinar sobre o processo político.

A formação política constitui parte importante do processo democrático, e faz parte da própria concretização da cidadania. Entender o processo político de escolha dos representantes de uma nação importa refletir a política como o caminho que se percorrerá para o destino do país. A participação do jovem nas decisões políticas trará positivo impacto na sociedade e na vida em comunidade.

O conhecimento da política, atrelado ao interesse de participar do processo representativo, é o caminho para mudanças, para o fortalecimento da cidadania, para o empoderamento de indivíduos e grupos, e assim, para a própria concretização da democracia do país.

Formação Política

A formação política é o a forma pela qual o indivíduo adquire conhecimento sobre o processo de escolha dos representantes de um país.

Não se desconhece que muitas instituições, associações e mesmo partidos políticos, ofereçam cursos de formação e educação política para jovens. Contudo, é importante separar o processo de educação de ideologias político-partidárias, o conhecimento do processo democrático deve se dar de forma imparcial, para que uma pessoa seja capaz de analisar a sua importância a partir do maior número de visões possíveis.

A educação política é fundamental desde os primeiros anos e deve ser encarada como essencial para a formação de sujeitos políticos ativos e passivos, o que tornará cada vez mais possível a compreensão e conscientização para questionamento das ações e tomadas de decisões em uma democracia.

Por isso é preciso que crianças e jovens exercitem seus direitos já no âmbito escolar, podendo opinar, ouvir, escolher, para se tornar um adulto consciente de sua responsabilidade social.

> *Então, como conciliar o interesse das famílias em se preocupar com o futuro profissional de seus filhos e com a formação cidadã? Tendo em vista que, muitas vezes, os pais também não possuem educação política, propagando a herança de desconfiança e alienação, disseminando a ideia de que a prática política e a participação social de nada servem, alimentando, ainda, a cultura produtivista da educação que visa somente instruir e desenvolver faculdades que habilitem o educando a integrar o mercado de trabalho o mais vantajosamente possível.*[1]

Em tempos de desestabilidades políticas, a educação é o instrumento adequado para desconstruir visões negativas sobre o processo de escolha de nossos representantes. É preciso decantar a política, que não se resume em corrupção. Dela advém o processo mais importante para a tomada de decisões coletivas sobre os diversos assuntos que afetam diretamente a sociedade.

O desenvolvimento do cidadão e a prática consciente da cidadania, compreende a formação de sujeitos conhecedores de seu papel na comunidade, inclusive para reivindicar as mudanças necessárias.

[1] SINGER, Paul. Poder, política e educação. Conferencia de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995, p. 06.

Por ser um ambiente comum, de práticas e trocas sociais, a educação escolar é o início da compreensão do conceito de cidadania, da importância do exercício dos direitos e deveres, que cercam o mundo político e o Estado Democrático de Direito.

Cidadania e o Estado Democrático

No Brasil, o processo de formação e desenvolvimento de instituições políticas como partidos políticos, parlamento e sistema eleitoral, planeou a construção da cidadania política. Os avanços na direção de uma democracia plena não significaram, porém, uma ampliação de cidadania social. As elites são ricas, mas a população permanece pobre. O desenvolvimento econômico, uma estrutura industrial e agroexportadora não foi suficiente para diminuir a profunda desigualdade existente no país. Essa assimetria entre o econômico e o político produziu uma cultura política híbrida, sendo a cultura da democracia inercial um dos seus desdobramentos.[2] Portanto a sociedade vai sendo moldada sob a ótica de que quem controla o Estado controla tudo.

Em uma perspectiva da cidadania concedida pelo Estado, a qual deveria ser exercida somente através de suas prerrogativas, surge, em uma crítica as ideias liberais, o conceito de "estadania".

O Brasil é um país que apresenta inúmeras peculiaridades, sejam elas históricas, climáticas, geográficas, culturais e étnicas. Entre as inúmeras singularidades que caracterizam essa nação, destaca-se seu aspecto político, ou melhor, a relação construída entre governantes e governados.

De acordo com Garcia[3], o Brasil não é uma nação de direitos conquistados, mas sim de direitos concedidos. Assim, nota-se que desde o Brasil colônia até os dias

[2] RANINCHESK, Sônia; BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O., A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. Revista Debates, Porto Alegre, 2018, v. 12, n. 1, p. 87-106.

[3] GARCIA, G.P., Estadania × Cidadania. 2009. Disponível em: <www.pradogarcia.com.br> Acesso em 12 de abril de 2020..

atuais a relação entre povo e detentores do poder se caracteriza pela constante subordinação e pelo excesso de autoritarismo.

A trajetória histórica brasileira revela que a democracia e a cidadania tiveram uma formação distinta da encontrada em outras partes do globo. No Brasil, em primeiro lugar vieram os direitos sociais, em seguida os direitos políticos, e por fim os direitos civis. Nesse caso, pode-se afirmar que a pirâmide dos direitos estabelecidos por Marshall[4] encontra-se invertida na realidade brasileira. Carvalho destaca ainda, que a implementação de cada um desses direitos não ocorreu de forma ideal e satisfatória uma vez que parte desses direitos continua inacessível a uma grande parcela de brasileiros.[5]

Assim, em uma concepção de estadania, haveria no Brasil uma predominância de perspectivas que conferem uma primazia do Estado, como ator protagonista na estruturação da vida social, prevalecendo assim uma ideologia de que ao Estado confere a capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sociopolítica do país, cabendo aos atores não estatais um papel de coadjuvantes neste processo. Assim, a representação política não funcionaria com a finalidade de resolver os problemas que assolam a maioria da população, mas sim para atender os interesses pessoais.

No Brasil, diversos fatos da história da administração pública propiciaram o fortalecimento de uma "estadania". A crescente desigualdade social do país estimula a consolidação de uma cultura muito pouco favorável à ação coletiva e aos valores igualitários, fundamentais à democracia. Ribeiro[6] destaca que a democracia exige a participação de pessoas dotadas de autonomia moral. Essa autonomia moral demanda um grau razoável de independência, conhecimento da matéria, e segurança

---

[4] MARSHALL, Thomas Humphrey , Cidadania e Classe Social, 1950. Sociólogo britânico, analisou a afirmação da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se é dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social.

[5] CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[6] RIBEIRO, L.C.Q. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22,n.3,p.525-544,set./dez.2007.

econômica. Assim, no Brasil ainda há uma predominância da "democracia representativa excludente", em que poucos desfrutariam da real condição de cidadania.

O fato é que temos no Brasil uma democracia imatura, com baixo envolvimento da população e uma frágil cultura política. Isso é atestado por um estudo da *Economist Intelligence Unit*,[7] índice que avalia a democracia nos países globais. Em edição recente, o estudo coloca o Brasil como a 51ª democracia de melhor qualidade no mundo, em um grupo de 167 países. Estamos no grupo de "*flawed democracies*" (democracias falhas, em tradução livre), de acordo com a classificação dos autores da pesquisa.

Portanto, a efetivação da democracia está umbilicalmente ligada à própria formação política do cidadão e, apesar de todos os aspectos mencionados, existe uma possibilidade de avanço em relação ao processo de democratização, bem como da cidadania. Esse avanço pode ser evidenciado pela criação de políticas públicas, e pela formação consciente dos jovens brasileiros. A limitação de conhecimento das pessoas sobre as ações e os papéis políticos de seus representantes, associada ao desinteresse nas tomadas de decisões do país, contribui para que nossa democracia permaneça engessada, e o cidadão cada vez mais distante da realidade política e da importância de sua participação no processo democrático.

Considerações Finais

Diante desta breve exposição, se percebe que no Brasil o exercício da cidadania plena não é uma tarefa fácil, o que se contrapõe ao Estado Democrático de Direito.

[7] Disponível em: https://www.yabiladi.com/img/content/EIU-Democracy-Index-2015.pdf Acesso em 12 de abril de 2020.

Uma concreta evolução da nação depende da participação de todos os cidadãos, daí a importância da formação política que deve começar nos anos fundamentais de crianças e jovens.

É de relevância que seja preocupação de nossos representantes, a formação política do futuro cidadão, para que, a longo-médio prazo, possamos identificar representantes do povo com maior responsabilidade social, bem preparados e que realmente mereçam o respeito da população.

Em termos de participação efetiva do cidadão é essencial a sua aproximação ao processo político, a fim de evitarmos que haja um predomínio de ações que conferem maior poder ao Estado, como responsável pela estruturação e desenvolvimento da vida social.

O assunto é delicado, mas necessário, principalmente no atual momento político brasileiro. Todos somos responsáveis pelo futuro do país, na formação de nossos cidadãos e no exercício pleno e consciente da cidadania.

Bibliografia

CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GARCIA, G.P., Estadania × Cidadania. 2009. Disponível em: <www.pradogarcia.com.br> Acesso em 12 de abril de 2020.

RANINCHESK, Sônia; BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O., A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. Revista Debates, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2018.

RIBEIRO, L.C.Q. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22, n. 3, 2007.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. Conferencia de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1995.